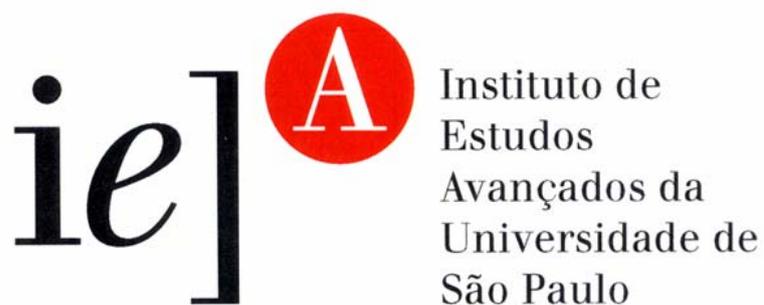


China e Japão e a Segurança no Leste Asiático

Geraldo Lesbat Cavagnari Filho



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

China, Japão e a Segurança no Leste Asiático*

*Geraldo Lesbat Cavagnari Filho***

Não há dúvida de que a China e o Japão apostam no entendimento bilateral, tendo em vista o desenvolvimento econômico e a estabilidade político-estratégica no Leste Asiático. No entanto, nenhum dos dois países deverá renunciar à possibilidade de vir a ser grande potência - ou melhor, à possibilidade de vir a ser a grande potência regional. De certo modo, as condições para que a região evolua num ambiente de paz e prosperidade se fazem presentes tanto quanto as condições que poderão dificultar qualquer esforço na direção daquela estabilidade. Em tese, nem a China nem o Japão deverão comprometer interesses vitais em nome da prosperidade regional - e, por sua vez, nenhuma rivalidade entre eles deverá necessariamente se transformar em guerra. Mas a existência de tal possibilidade, num contexto de incertezas e de riscos subjacentes, obriga a que se encarem as duas potências sob uma situação-limite, isto é, a perspectiva de guerra.¹

É claro que a China e o Japão têm presente a perspectiva da guerra nas suas relações externas, assim como atribuem alta prioridade à paz e à segurança regional. Atualmente não existem confrontações violentas no Leste Asiático. Há, no entanto, questões conflituosas - tais como o desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte, a disputa entre a China e Taiwan, os direitos territoriais sobre as ilhas do Mar do Sul da China e o desenvolvimento das capacidades militares dos países da região - que poderão pôr as duas potências em lados opostos. Embora haja dificuldades para avaliar com relativa precisão as tendências atuais no Leste Asiático e para definir o papel da China e do Japão num futuro próximo, pode-se afirmar que, por enquanto, as duas potências não buscam atingir o mesmo objetivo. Se a China tenciona exercer hegemonia no Sudeste Asiático - ou, mais precisamente, no Mar do Sul da China -, o Japão aspira a ampliar sua liberdade de ação em face dos Estados Unidos.

* Texto do evento realizado no Instituto de Estudos Avançados "China e Japão: Parceiros ou Rivais" em 1995.

** Diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

¹ Pensar um país na sua dimensão estratégica é pensá-lo necessariamente na sua condição de potência, segundo a estratégia stricto sensu. A estratégia pensa a potência na perspectiva do emprego da força, na perspectiva da guerra - se, em dado momento, algum motivo político justificá-la. Se a condição de potência é o conceito central do Estado nas relações internacionais, tal perspectiva é o conceito central da estratégia (da grande estratégia), assim como a perspectiva do combate é o conceito central da estratégia militar. (Ver Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, "Notas sobre estratégia e o emprego futuro da força", NEE/Unicamp, 1995, *mímeo.*)

Dos meados do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial, a China e o Japão percorreram trajetórias diferentes nas relações internacionais. Nesse período, a nação foi uma potência preocupada com sua integridade territorial e com sua unidade política – constantemente ameaçadas, respectivamente, pela dominação estrangeira e pela fragmentação política. Da Guerra do Ópio (1839-42), passando pelas guerras Sino-Japonesa (1894-95) e Russo-Japonesa (1904-05) e pela Revolta dos Boxers (1899), à proclamação da República em 1912, o país sofreu um processo de concessões territoriais progressivas e de privilégios comerciais conferidos às grandes potências - Grã-Bretanha, Alemanha, França, EUA, Rússia e Japão.² A China ingressou no século XX como uma potência submetida aos interesses dessas grandes potências. Além disso, enfrentaria na década de 30 uma guerra civil e uma invasão japonesa, que levariam à deterioração do Kuomintang (Partido Nacional do Povo) e ao crescimento e fortalecimento das forças comunistas.³ Todo esse processo culminaria, em 1950, com a China sob o controle dessas forças - iniciando-se, então, a construção da grande potência chinesa, com unidade política e capacidade nuclear.

O Japão fez o caminho inverso. Após a abertura dos portos e a restauração da centralização política, em meados do século XIX, ele emerge disposto a se tornar uma potência mundial. No final do século, é reconhecido como uma grande potência regional, envolvida num ambicioso projeto expansionista. As vitórias alcançadas nas guerras Sino-Japonesa e Russo-Japonesa marcam o começo de sua expansão e da construção de sua hegemonia no Leste Asiático. No entanto, o Japão só viria a ser desafiado na execução de tal projeto quando da invasão do território chinês em 1937 – a China não capitula e os EUA exigem a retirada dos japoneses desse território. A recusa japonesa leva os Estados Unidos a anular o Acordo Comercial de 1911, que garantia o suprimento de matérias-primas para a indústria bélica japonesa. Ao imporem o jogo de soma-zero na solução desse conflito de interesses, os Estados Unidos estavam decididos a reduzir o Japão a uma posição de importância secundária no Leste Asiático. Segundo os japoneses, o objetivo norte-americano era levar o Japão ao colapso sem guerra se ele não abandonasse o território chinês. Para não se submeter aos EUA, o Japão optou pela guerra.

² Até a total abertura comercial do país em 1899, a China viria a abrir vinte portos aos interesses das grandes potências e a permitir que elas exercessem o controle sobre partes do território chinês. A Revolta dos Boxers foi uma reação nacionalista à ocidentalização, à modernização e à dominação estrangeira. A monarquia pagou um preço alto para sufocá-la, já que o aniquilamento dela só foi possível com o apoio de tropas ocidentais e japonesas. O preço foi a total abertura comercial do país.

³ O Kuomintang foi fundado em 1911, e o Partido Comunista, em 1921. Tendo em vista a unificação política do país, os dois partidos se aliaram na década de 20. Em 1927, deu-se o rompimento, levando o Partido

O Japão não pretendia impor aos Estados Unidos uma derrota total, mas conduzir uma guerra de objetivos limitados, cuja conquista garantisse as matérias-primas para sua indústria e consolidasse sua hegemonia na região, sobretudo no Sudeste Asiático. Esperava, então, organizar uma defesa em profundidade, de modo que sua derrota só fosse possível mediante uma guerra prolongada - porque, para os japoneses, os norte-americanos não estariam dispostos a enfrentá-la. Mas os EUA, após Pearl Harbour, estavam determinados a submeter o Japão à rendição incondicional. A partir de 1945, derrotado, submeteu-se aos Estados Unidos - que lhe impuseram, entre outros constrangimentos, a renúncia ao direito de guerra na defesa de seus interesses nacionais e a presença militar norte-americana em seu território.⁴

Embora sejam ainda inimigos ideológicos, há interesses convergentes entre os EUA e a China: para os norte-americanos, a China é antes de tudo um mercado econômico excepcional, do qual não poderão abrir mão num futuro próximo; para os chineses, os Estados Unidos são um fornecedor importante de tecnologia, capital e produtos manufaturados, fundamentais para acelerar seu desenvolvimento.⁵ Mas a pauta bilateral está, praticamente, dominada por contenciosos - Taiwan, direitos humanos, vendas de armas, testes nucleares, propriedade intelectual. Quanto ao Japão, que tem uma empatia ideológica com os EUA e interesses convergentes no campo da segurança internacional, os contenciosos não estão ausentes e configuram, de certo modo, uma "guerra comercial" difusa mas permanente.

Hoje, o Japão é a segunda economia e tem o segundo orçamento de defesa do mundo. Ele já é a potência mais influente junto às economias em desenvolvimento na Ásia. No entanto, condições econômicas e tecnológicas excepcionais e uma força militar bem equipada e bem treinada não têm sido suficientes para proporcionar aos japoneses maior liberdade de ação - maior autonomia estratégica - em face dos Estados Unidos. Suas necessidades de segurança e defesa são reguladas pelo Tratado Nipo-Americano de Segurança Mútua (firmado em 1957), que formaliza a proteção norte-americana ao Japão. As Forças de Autodefesa são apenas auxiliares das Forças Armadas dos EUA e os interesses de segurança japoneses estão subordinados à estratégia global norte-americana. Para alguns analistas nipônicos, a proteção militar ianque não é para proteger o Japão, mas

Comunista à clandestinidade e expando seus militantes à repressão violenta conduzida pelo Kuomintang.

⁴ O artigo 9º da Constituição japonesa impede a intervenção do direito de guerra na defesa dos interesses nacionais. O Japão só pode empregar suas Forças de Autodefesa se for atacado - e só em seu próprio território.

⁵ Carlos Eduardo Lins da Silva, "China e EUA precisam um do outro", in *Carta Internacional*, São Paulo, n°

para inibir a emergência da grande potência japonesa. Não há dúvida de que ele tem os recursos necessários, e até suficientes, para atender às suas necessidades de grande potência regional e para assumir maiores responsabilidades na segurança regional. Ou melhor, o Japão tem os recursos econômicos, tecnológicos e militares para exercer maior influência política no Leste Asiático, mas não tem a liberdade de ação para tomar iniciativas no campo político-estratégico fora do Tratado Nipo-Americano de Segurança Mútua.

Japão é uma potência suficientemente forte tecnológica e financeiramente para criar uma força de defesa independente, dispensando a proteção norte-americana. Há possibilidade de vir a ser uma potência com maior liberdade de ação em matéria de segurança e de política externa, mas a elite política japonesa evita tomar decisões que venham a colidir com os interesses de segurança dos Estados Unidos - em nome, sobretudo, da estabilidade político-estratégica regional. Não há dúvida de que a subordinação estratégica do Japão aos EUA concorre para tal estabilidade, na medida em que possa neutralizar o conflito com a China na busca de hegemonia no Leste Asiático.

A China, por sua vez, é a grande preocupação norte-americana na Ásia. Para os Estados Unidos, seu rápido crescimento econômico poderá agravar as tensões no Leste Asiático, transformando-a numa potência mais agressiva. Ou seja, tal crescimento e o fortalecimento de sua força militar (dotada de capacidade nuclear) poderão estimular intenções hegemônicas da China no Leste Asiático. Ela busca o controle do Mar do Sul da China -que, se efetivado, poderá garantir suas necessidades crescentes de petróleo e gás, como poderá ameaçar de interdição as linhas marítimas do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan. Aliás, já é uma iniciativa em execução, que está criando uma disputa com o Vietnã por causa das ilhas Paracel e, com o Vietnã, Brunei, Taiwan, Malásia e Filipinas, por causa das ilhas Spratly. Embora não tenha ainda as condições econômicas e tecnológicas de uma grande potência, suas vantagens geopolíticas e nucleares intimidam grande parte dos países do Leste Asiático, principalmente os que integram a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). O próprio Vietnã vê algum tipo de confronto entre a China e o Sudeste Asiático como inevitável.⁶

É claro que uma China demasiado forte é preocupante. Daí o esforço norte-americano para sustentar, no futuro próximo, presença dominante na cena asiática.⁷ Para os

32, outubro de 1995, p. 2.

⁶ As relações do Vietnã com a China têm sido precárias desde 1978. Hoje, o seu maior parceiro comercial é o Japão, e o seu maior investidor, Taiwan.

⁷ Henry Kissinger, "Evitando a colisão com a China", in *O Estado de S.Paulo*, 28.7.95.

países da Asean, principalmente para o Vietnã, os EUA ainda são garantia de estabilidade no Sudeste Asiático, em face de uma China agressiva. Por se julgarem uns aos outros rivais estratégicos – o que impede, de certo modo, a formação de um consenso de segurança sem os EUA –, todos eles estão usando o crescimento econômico para financiar o desenvolvimento de suas capacidades militares. Ou seja, todos são potencialmente desestabilizadores. Assim, cabe aos Estados Unidos o papel de pacificador na região. Não há dúvida de que o aumento do poderio bélico chinês é preocupante para toda a Ásia - principalmente para os países do Leste Asiático. No entanto, a própria China baseia sua política na perspectiva de permanência do pacto de segurança nipo-americano, como fator de estabilidade regional. Seria indesejável para ela o colapso de tal aliança: um Japão independente é um risco.

Considerar no raciocínio político-estratégico a perspectiva da guerra, ou seja, a possibilidade de configuração da situação-limite, não quer dizer que a guerra será inevitável no Leste Asiático. Há, de certo modo, garantia de que a região permanecerá, num futuro próximo, estável em termos político-estratégicos. Por enquanto, a China e o Japão tencionam atingir objetivos diferentes, e a presença militar norte-americana no Leste Asiático é aceita consensualmente como necessária para tal estabilidade. Não há dúvida de que algum entendimento deverá ocorrer entre a China e os países da Asean na região do Mar do Sul da China. No entanto, se ela investir militarmente no controle desse espaço marítimo, colidirá não com tais países, mas com os Estados Unidos - que não admitem hegemonias regionais em qualquer parte do Pacífico Ocidental. E o Japão só se livrará da proteção norte-americana se os EUA admitirem que a plena liberdade de ação japonesa não comprometerá sua posição privilegiada no Leste Asiático. Assim, qualquer proposta de segurança para o Leste Asiático só terá efetividade, na perspectiva de relativa estabilidade político-estratégica, se contar com a presença dirigente dos Estados Unidos.